

À mercê das clínicas particulares

Estado deveria fornecer tratamento adequado aos dependentes de drogas desde 1976, mas lei não saiu do papel no DF

GUSTAVO IGREJA

Maltrapilho, largado às portas de bocas de fumo, Marcos (nome fictício) perdeu as contas das vezes em que entrou em desespero por não conseguir se livrar das drogas. Com três passagens pela polícia por consumo de entorpecentes, buscou na religião uma solução, que só encontrou após quatro longos anos de luta e recaídas. Tempo que, como ele mesmo acredita, teria sido bem menor se tivesse contado com a ajuda de especialistas no tratamento de dependentes. Um auxílio que lhe é garantido por lei, mas que vem sendo negado pelo Estado nos últimos 28 anos.

Desde 1976, a Lei 6.368, que trata especificamente do tráfico e consumo de entorpecentes no Brasil, é clara em atribuir ao Estado a obrigação de oferecer gratuitamente ao dependente de drogas tratamento adequado para que ele se reabilite. Ainda hoje, no entanto, não existe no DF um único centro de atendimento público onde o usuário possa encontrar acompanhamento qualificado.

E, se especialistas no tema são categóricos em reconhecer a dificuldade de o doente obter a recuperação total mesmo com tratamento adequado,

que dirá sem ele. Deixar de oferecer o acompanhamento ideal à maior parte dos cerca de 4 milhões de brasileiros que usam drogas ilícitas – estimativa da Secretaria Nacional Anti-Drogas (Senad) – é o mesmo que jogar no lixo o potencial de 2,5% da população do País em plena capacidade de trabalho.

A mesma proporção vale para o DF. De acordo com o juiz Luís Gustavo Barbosa de Oliveira, da Terceira Vara de Entorpecentes e Contravenções Penais, estima-se que, entre os pouco mais de 2 milhões de habitantes da capital da República, cerca de 50 mil consomem algum tipo de entorpecente. O perfil da maioria, conforme mostram os processos que chegam à Vara, é comum: 85% não estudou além da 8ª série do 1º grau; 90% não tem mais de 26 anos; e a esmagadora maioria não ganha mais que dois salários mínimos.

– Prestamos um serviço pela metade ao puni-los com penas alternativas (serviços à comunidade ou restrição da liberdade nos finais de semana). Precisamos aplicar a lei de acordo com o infrator, mas o que se faz é aplicá-la de acordo com os recursos que o julgador tem em mãos – lamenta Oliveira.

Quando, normalmente, o



CURA Jovem estuda numa clínica de reabilitação em Brasília: tratamentos não são os mais adequados

caso exigiria encaminhamento do réu para tratamento – forçando-o, pelo menos um pouco, a tomar contato com a possibilidade de deixar o vício – o que se faz é substituir a pena por prestação de serviços comunitários e restrição de liberdade nos finais de semana. O que pouco, ou quase nada, contribui para que o indivíduo

se reabilite.

– O resto do papel que caberia ao Estado (o tratamento) é prestado de forma paralela e longe do ideal por instituições organizadas pela sociedade – admite o juiz.

São casas de apoio, retiros para desintoxicação e clínicas particulares que, reconhecido o valor social incontestável

que têm, preocupam magistrados e especialistas pelo amadorismo com que tratam o doente em boa parte dos casos. Motivo pelo qual a Justiça não reconhece oficialmente qualquer tratamento. Recomenda apenas que o dependente procure o Narcóticos Anônimos, se desejar.

Voluntária e ex-presidente

da associação Ministério Servo – Serviço Evangélico de Reabilitação e Vocação, Joyce Alma Handcock concorda. Ela não acredita que a recuperação dos jovens seria mais rápida com uma equipe totalmente qualificada, mas não tem dúvidas em afirmar que seria melhor.

– Estamos lutando para profissionalizar a instituição. Temos psicóloga, mais funcionários do que voluntários, mas ainda não temos um psiquiatra e um médico disponíveis 24 horas por dia porque não temos como pagar – conta.

O psiquiatra Josimar França, chefe da Coordenadoria de Saúde Mental da Secretaria de Saúde, reconhece a importância social dessas instituições. Mas confirma que, pela falta da estrutura totalmente adequada, na maior parte delas, o governo suspendeu o tratamento de dependentes em clínicas privadas, pelo Sistema Único de Saúde.

– Houve descuido em Brasília com essa situação. Até um certo descaso. Só agora começamos a criar uma estrutura própria, treinando profissionais da rede. O que já poderia ter sido iniciado há muito tempo – atesta.

gustavo.igreja@jb.com.br